

(Des)identidades retornadas: da nostalgia à crítica do colonialismo suavezinho dos portugueses

Luciana Moreira Silva

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

1. Introdução

Pretendo neste texto partir de uma leitura comparada de duas obras, *A balada do ultramar*, de Manuel Acácio, e *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, de modo a analisar a memória de África e a experiência de vida naquele continente por parte dos portugueses, depois chamados de *retornados*, bem como do seu regresso a Portugal, num conturbado pós-25 de Abril. Questionarei, ao longo do texto, em que medida se pode ou não inserir as obras em causa dentro da literatura pós-colonial e em que medida essa literatura consegue, ou não, fazer uma análise crítica do processo de retorno a que foram sujeitos os repatriados das ex-colónias portuguesas.

Tendo por base os conceitos de colonialismo e pós-colonialismo e levando a cabo um estudo comparatista, serão abordados, paralelamente, nas obras indicadas: a experiência de África, o 25 de Abril e o regresso a Portugal, a (des)identificação com o país e a consciência (des)politizada e (pós)colonial dos autores, com o intuito de encontrar as semelhanças e as diferenças apontadas relativamente a este período da história portuguesa. De facto, numa análise literária comparada, de acordo com Helena Buescu “a sociabilidade e a historicidade” (1991: 18) das obras estudadas devem ser tidas em conta, para que os resultados do comparatismo possam ter uma leitura actual e contextualizada, resultante da importância da “perspectiva histórica” de que fala, por sua vez, Claudio Guillén (2001: 386).

Para Miguel Vale de Almeida, o pós-colonialismo é uma área de estudos que tem levado à “crítica radical” das formas de conhecimento e das “identidades autorizadas pelo colonialismo e pela dominação colonial” (2000: 228). Nesta linha, farei emergir de *A balada do ultramar* e *Caderno de memórias coloniais* – que demonstram ambas o quanto dói ainda levantar estas questões de carácter tão político, cultural e social, mas também tão emocional – o que há, ou não há, de consciência pós-colonial relativa-

mente ao colonialismo português em África. É, portanto, necessário reler o passado para se olhar corretamente a atualidade, integrando aquele nesta.

2. Contextualização do repatriamento dos portugueses que viviam nas ex-colónias

Para fazer referência ao contexto do regresso a Portugal da população branca, até 1974 e 1975 residente nas colónias portuguesas, é premente retroceder um pouco ao período que fomentou a partida de grande parte desses que hão-de tornar-se *os retornados*, num momento em que o país escondia graves problemas de sustentabilidade, ao mesmo tempo que revelava uma imagem de nacionalidade forte e imperial. De facto, de acordo com Eduardo Lourenço, o Estado Novo, sob uma máscara de modéstia, veio, através da educação e também da sua máquina de propaganda nacional, criar uma

[...] fabricação sistemática e cara de uma lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reaccionária que aos poucos substituiu a imagem mais ou menos adaptada ao país real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda do que a proposta pela ideologia republicana (Lourenço 2009: 33).

Tal era a grandiosidade do Império, projectada e imaginada pelo regime, que cumpre aqui chamar a atenção para a reconfiguração feita por Margarida Calafate Ribeiro que, partindo da conceptualização de Boaventura de Sousa Santos sobre a ideia de “centro” e “periferia”, adapta o conceito de “a imaginação do centro” aí contida, para se poder referir ao “império como imaginação do centro” (Ribeiro 2004: 15). O império português era, portanto, um império imaginado, desde a magnífica fundação do país até à exemplaridade dos descobrimentos portugueses, terminando no frágil império colonial que ruía sem que os portugueses disso se pudessem aperceber.

Mas é essa ideia imperial e de grandiosidade, veiculada pela posse de colónias num momento em que a Europa já havia descolonizado África, ou estava em vias de descolonização, que fez com que muitos portugueses partissem para esses territórios além-mar, buscando, muitas vezes, as condições de vida que a metrópole não permitia. De facto, o antropólogo Rui Pena Pires, na sua obra *Migrações e integração*, dedica um capítulo ao

estudo do repatriamento dos portugueses, baseando-se no recenseamento da população portuguesa em 1981, bem como em entrevistas a retornados, e conclui que “a maioria dos portugueses radicados nas colónias tinha emigrado para África nos anos 50 e 60”, o que coincidiu com “a reorganização do sistema colonial português” (Pires 2003: 194), uma vez que, devido aos conflitos e ao início da Guerra Colonial, o Estado Novo promoveu uma maior mobilização de colonos para as ex-colónias, para engrandecer a presença portuguesa. Assim muitos são os que vão partir, à “procura de oportunidades acrescidas de promoção e realização pessoal” (Pires 2003: 194), lá, onde o império parecia vasto, perante a pequenez que se vivia no Portugal salazarista.

No entanto, o golpe militar que colocaria fim ao regime ditatorial a 25 de Abril de 1974, uma longa guerra colonial de 13 anos que já não permitia negociações com os movimentos de libertação das ex-colónias, e os próprios movimentos de libertação já cansados dessa guerra que não tinha par em outros processos de descolonização (a não ser o da Argélia, mas ainda assim, em menor escala), levaram a que se desse um processo de descolonização rápido e desorganizado, não tendo havido espaço a que se pensasse na população branca ali residente, e no perigo que corria enquanto imagem presentificada do colonialismo português.

Assim se dá a chegada desses portugueses-*Outros*, que viriam desestabilizar ainda mais o país, no rescaldo de uma revolução, com tanto ainda para limpar e arrumar. Nas palavras de Eduardo Lourenço, tratou-se de uma “invasão-enxurrada das pedras vivas dessa imperialidade, amontoadas ao acaso no Aeroporto da Portela” (Lourenço 2009: 43), após vários dias de semelhante amontoamento nos aeroportos das principais cidades das ex-colónias, à espera da possibilidade de regressar para a nada desejada metrópole.

Voltando a Rui Pena Pires, olhe-se agora para os números, a que o autor teve acesso através do recenseamento de 1981, o primeiro desde a descolonização:

Ao longo do ano de 1975 chegaram a Portugal cerca de meio milhão de portugueses até então radicados nas colónias, maioritariamente em Angola (61%) e em Moçambique (34%). Esse número representava, na altura, quase 5% da população do país (Pires 2003: 189).

[...] proporcionalmente ao número de habitantes do país de destino, o repatriamento dos portugueses de África foi, porém, a maior das correntes migratórias deste tipo [...] em Portugal representaram 5% da população, e em França 3,5% (Pires 2003: 191).

Dois terços dos retornados nasceram em Portugal (63%), embora esta proporção se invertesse nas camadas mais jovens (75% dos menores de 20 anos eram naturais das colónias) (Pires 2003: 200).

Estão, deste modo, apresentados os dados relativos a esse complicado regresso de um número tão elevado de pessoas. Foi, de facto, um processo sem comparação com outro caso de descolonização europeia, mas onde se pode verificar que ao contrário de outros países, a esmagadora maioria das pessoas, à excepção dos mais jovens, regressava de facto ao lugar onde havia nascido, não se podendo verificar aqui aquilo que seria um processo eminentemente diaspórico, caso os migrantes se deslocassem para um país com o qual não tinham relações ou onde não tinham raízes. Trata-se aqui de uma diáspora enviesada, na medida em que há, de facto, uma partida não desejada, mas neste caso para o país de onde se é originário.

3. O (pós)colonialismo em *A balada do ultramar* e *Caderno de memórias coloniais*

As duas obras em estudo serão analisadas atendendo maioritariamente à experiência em África (1), ao 25 de Abril e o regresso a Portugal (2) e à (des)identificação com o país (3). Estes tópicos espelham bem, não só o relacionamento das personagens (ou narradores) com a África das colónias portuguesas, bem como com o momento de ruptura e o regresso a Portugal, analisando-se a consciência pós-colonial relativamente a todo o processo.

Em ambas as obras os narradores são personagens centrais na estrutura da narrativa, podendo ser lidos como autodiegéticos, ainda que as “figuras” em torno das quais tudo gira sejam África e a descolonização. Em Isabela Figueiredo¹ encontramos uma narradora autobiográfica, *retornada* também ela, que denuncia ferozmente a presença branca em Moçambique, por meio de uma linguagem coloquial, dura e chocante, que está precisamente ao serviço dessa denúncia. Em Manuel Acácio, autor que não viveu

¹ Isabela Figueiredo nasceu em 1963 em Lourenço Marques (hoje Maputo), filha de colonos portugueses e regressou a Portugal em 1975. Foi jornalista e optou, posteriormente, pelo ensino. *Caderno de memórias coloniais* é o resultado de vários textos publicados no seu blog “O Mundo Perfeito” sobre a sua experiência em Moçambique e a vinda para Portugal.

na primeira pessoa a descolonização², encontramos um narrador, autodiegético, ele sim *retornado*, que recorre à memória constantemente, num exercício de regresso ao passado tão nostálgico quanto pouco revelador de um posicionamento crítico, embora surjam, por vezes, alguns laivos de consciencialização. Essencialmente, este é um narrador voltado para África, para o passado, e para o que lá deixou, não tendo havido espaço a uma análise mais cuidada dos factos que levaram a um processo de descolonização repentino e, conseqüentemente, a um retorno complicado. O regresso foi, claramente, conturbado e as obras espelham a imagem desses portugueses que tinham partido em busca de um *el dorado* prometido, ou que, já haviam nascido em África, e para quem Portugal não passava de um país manchado pelo “cinzentismo” (Acácio 2009: 148), em oposição à África que lhes deu a liberdade não encontrada no país de origem.

Ainda assim, é necessário sair de si para avaliar o processo e ter em conta o lugar do *Outro*, o negro, que era o habitante genuíno dos espaços colonizados, mas que estava condicionado a viver nos musseques, nas palhotas, nos bairros de caniço, aos quais regressava após um dia de árduo trabalho, eventualmente na construção de um bairro colonial ou de um cinema imperial, que dificilmente poderia frequentar. Assim, e partindo do princípio de que a literatura é, muitas vezes, uma reação esteticamente trabalhada de uma determinada realidade, é necessário verificar até que ponto se desconstrói tudo quanto foi impingido aos portugueses pela história imperial, mais imaginada do que real, que havia sido incutida pelo Estado Novo. Assim, nada melhor para aclarar este tópico do que as palavras de Boaventura de Sousa Santos, ao fazer uma leitura de Homi Bhabha:

O lugar do crítico pós-colonial tem de ser construído de modo a que possa interromper eficazmente os discursos hegemónicos ocidentais que, através do discurso da modernidade, racionalizaram ou normalizaram o desenvolvimento desigual e diferencial das histórias, das nações, raças, comunidades ou povos (Santos 2006: 218).

Ora, é precisamente nessa direcção que o título deste trabalho aponta, ao colocar em causa a nostalgia da imperialidade portuguesa, quando é

2 Jornalista na TSF, Manuel Acácio nasceu em 1964, em Évora. Não é nem retornado e nunca foi a África. Segundo Raquel Ribeiro o autor “foi casado com uma portuguesa que se dizia angolana, retornada. Admite que *A balada do ultramar* é o seu luto pela morte da mulher (há cinco anos), mas também o luto que milhares de portugueses não fizeram” (Ribeiro 2010).

necessária a desconstrução da ideia de um imperialismo multirracial e lusotropicalista, exposta por Gilberto Freyre, e astutamente aproveitada pela ideologia colonial do Estado Novo.

3.1 A experiência de África

A experiência da vida nas ex-colónias é bastante referida nas obras em estudo. Ambos os narradores, através do exercício da memória, recordam as suas experiências, as suas vivências, os seus dia-a-dia, em Angola ou Moçambique. As recordações são boas, são de uma vida agradável, de quem se inseria numa classe média capaz de passear, frequentar esplanadas e restaurantes, o que não acontecia à esmagadora maioria dos portugueses que viviam na metrópole. Para avaliar melhor esta experiência de África nos autores estudados, atente-se, antes de mais, em alguns excertos exemplificativos:

Para atenuar a amargura que sentia naquele momento, restavam-me as recordações do tempo em que fui feliz com a minha família. Como nas tardes em que íamos ter com os amigos ao Baleizão e pedíamos aquelas enormes canecas de cerveja baptizadas pelos soldados como *patas de elefante*. Enquanto petiscávamos uns camarões com jindungo, uns lagostins ou umas sapateiras, as crianças iam debicando nos pires que os empregados mantinham sempre cheios de jinguba e de castanha de caju. Mais tarde, já cansadas da brincadeira, elas sentavam-se à mesa com a gente e deliciavam-se com uma magnífica taça de gelado (Acácio 2009: 13).

Em Lourenço Marques, as pessoas sentavam-se no restaurante, de preferência no exterior, porque as ventoinhas no interior eram inúteis, e o ar condicionado, um luxo, conversando, durante prolongadas horas, sobre o *fait divers* colonial; bebiam do bom e do melhor e, eventualmente, fodiam, no final, em casa ou fora dela, legitimamente ou não. Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo (Figueiredo 2010: 25).

Ora, é possível verificar que ambos os narradores fazem referência a memórias de momentos prazenteiros, em que a vida parecia correr como um rio de águas mansas, num Éden prometido, onde cada um podia, efectivamente, construir, sem grande esforço, uma vida fácil, podendo tirar partido de bons momentos diários, numa posição sempre de superioridade, inseridos que estavam numa classe que permitia ser *patrão*, só por se ser branco.

Efectivamente, em ambos os livros se verifica que os narradores se identificam bastante com aquele continente em que foram felizes, de onde trazem as melhores memórias de um passado que jamais poderá ser revisitado. A nostalgia é comum a ambos, quer em Isabela ao referir que “era África, inflamante África, sensual e livre” (Isabela 2010: 34), quer em Manuel Acácio, quando diz que “Em Angola, nós dávamos muita importância às questões relacionadas com a qualidade de vida e com o bem-estar, e sentíamos um enorme gozo por estarmos sempre à frente da metrópole” (Acácio 2009: 26). Isso é comum a ambos os narradores, e é comum aos *retornados*, em geral. E isso é o que não se lhes pode pedir que percam – a saudade dos tempos vividos num outro espaço, agora outro espaço-tempo. Aquilo que a crítica pós-colonial pretende é apenas a desconstrução do discurso colonial, de modo a ultrapassar definitivamente esse momento histórico que insiste em manter-se numa colonialidade³ teimosa.

Mas há, à partida, uma leitura que salta à vista nos excertos já transcritos. Em Manuel Acácio os excertos apresentados, tal como muitas outras passagens do livro, não passam de memórias de um tempo em que tudo corria bem, uma recordação acrítica que revela ainda a vivência da colonialidade no momento presente, já que o que ali se pode encontrar é apenas saudosismo e desejo de que o tempo volte para trás.

No entanto, em Isabela Figueiredo o excerto escolhido acima revela o tom irónico da narradora, que denuncia o quão fácil era ser-se branco nas colónias, deixando implícito que o mesmo não acontecia com os negros visto que “Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto (Figueiredo 2010: 24). Deste modo, a autora assume uma posição bastante crítica da vida colonial e parece inserir-se perfeitamente naquilo a que o escritor queniano Ngugi wa Thiong’o chamou de descolonização da mente no seu livro *Decolonising the Mind* (1986), ideia retomada por Walter D. Mignolo, que é, precisamente aquilo que é necessário fazer de modo a quebrar a ideia de colonialidade anteriormente exposta.

3 O termo “colonialidade” (*coloniality*) é inicialmente teorizado por Anibal Quijano, sociólogo peruano, e refere-se à continuidade da experiência colonial no período pós-colonial, quer nas relações dos ex-colonizadores face aos ex-colonizados, quer mesmo nas relações de poder que se criam dentro dos próprios países recém-libertados (Mignolo 2007: 451).

The crooked rhetoric that naturalizes 'modernity' as a universal global process and point of arrival hides its darker side, the constant reproduction of 'coloniality'. In order to uncover the perverse logic – that Fanon pointed out – underlying the philosophical conundrum of modernity/coloniality and the political and economic structure of imperialism/colonialism, we must consider how to decolonize the 'mind' (Thiong'o) and the 'imaginary' (Gruzinski) – that is, knowledge and being (Mignolo 2007: 450).

Efetivamente, esta vivência em África deveria revelar também o encontro com o *Outro*, com o negro colonizado, e expor as relações entre colonizador e colonizado nas ex-colónias africanas. Isso efectivamente acontece em Isabela Figueiredo, que, tanto quanto se pode ler no livro, desde cedo, ainda em Moçambique, já não compactuava com as relações de poder existentes entre os brancos colonizadores, ali encarnados na personagem do seu pai, e os colonizados desrespeitados e maltratados. Os excertos que se seguem são dois dos muitos que se podem encontrar na obra, e em que a autora denuncia os abusos por parte dos brancos/portugueses:

Os livros mostravam-me que na terra onde vivia não existia redenção alguma. Que aquele paraíso de interminável pôr-do-sol salmão e odor a caril e terra vermelha era um enorme campo de concentração de negros sem identidade, sem a propriedade do seu corpo, logo, sem existência (Figueiredo 2010: 27).

Era absolutamente necessário ensinar os pretos a trabalhar, para seu próprio bem. Para evoluírem através do reconhecimento do valor do trabalho. Trabalhando poderiam ganhar dinheiro, e com o dinheiro poderiam prosperar, desde que prosperassem como negros. Poderiam deixar de ter uma palhota e construir uma casa de cimento com telhado de zinco. Poderiam calçar sapatos e mandar os filhos à escola para aprender ofícios que fossem úteis aos brancos. Havia muito a fazer pelo homem negro, cuja natureza animal deveria ser anulada – para seu bem (Figueiredo 2010: 51).

Deste modo a narradora denuncia a quase escravatura que ainda se mantinha no terceiro quartel do século xx e, num tom altamente irónico, incorpora no seu discurso (no segundo exemplo) as palavras que ouvia na infância aos colonos portugueses, deixando irromper a sua própria voz, de vez em quando. Fá-lo de forma a proceder à desconstrução desse mesmo discurso, tão paternalista quanto diminuidor da figura do negro, que era visto como um instrumento e existia para que a vida do colonizador fosse mais fácil.

A sua capacidade crítica deve-se, em grande medida, à sua própria posição subordinada na hierarquia social. Mesmo sendo branca, a narradora encontra-se numa posição desprivilegiada por ser mulher, goza de menos liberdades que os rapazes da sua idade, inserida que está, forçosamente,

numa sociedade patriarcal. Esta vivência pessoal torna-a também capaz de perceber as injustiças sofridas por outros subalternizados.

Por outro lado, na narrativa de Manuel Acácio quase não há referências aos negros, como se de facto eles não fizessem parte daquele mundo colonial. E não faziam, a não ser como instrumentos ou objectos ao serviço dos portugueses, tal como denunciou Isabela Figueiredo, e como se pode ler no excerto que se segue:

Ainda hoje, continua sem se dar o devido valor ao sacrifício das pessoas que foram para lá e, ao longo de sucessivas gerações, transformaram Angola e Moçambique em dois dos países africanos mais desenvolvidos da altura. Não o fizemos sozinhos, como é óbvio. Sem o suor e a abnegação das populações locais não teríamos conseguido edificar uma obra tão importante, mas não faz qualquer sentido ignorar que o factor que fez a diferença foi a nossa capacidade de sonhar (Acácio 2009: 137).

Ainda que pretenda valorizar o trabalho das populações locais, entenda-se, dos negros, o autor faz uma apologia acrítica da presença portuguesa em África, pedindo a valorização de uma época em que o *sonho*, diz o narrador, mas também a capacidade de subjugar o *Outro*, acrescento eu, levaram à edificação de grandes cidades coloniais, espaços de movimentação de brancos, onde os negros entravam ao serviço dos primeiros. O narrador de Manuel Acácio não esquece, antes evoca a “imagem do *português-colonizador* que durante quinhentos anos nos serviu de referência e viático épico e moral” (Lourenço 2009: 119).

Assim, se é legível, em Manuel Acácio, o saudosismo do povo português construtor de um império, que não aceita o regresso e a perda e desvalorização desse mesmo império, também é legível em Isabela Figueiredo a posição crítica pós-colonial, a que se referia Miguel Vale de Almeida em citação anterior, relativamente a um império construído e mantido com o suor dos povos que desde sempre ocuparam o local a que os portugueses chamavam seu. É a própria Isabela que refere que “todos os lados possuem uma verdade indesmentível” (Figueiredo 2010: 115), e, claramente, este é um tema ainda não consensual na sociedade portuguesa de hoje.

Assim, a memória que Isabela Figueiredo tem de África é uma memória trabalhada e reflectida, e não é identificável com a memória do narrador de Manuel Acácio, que é isenta de problematização, voltada para o passado, não reflectindo o presente português da descolonização e pós-25 de Abril.

3.2 O 25 de Abril e o regresso a Portugal

O 25 de Abril foi de facto um período complexo da história de Portugal, e cujos ecos ainda hoje se fazem sentir. No que respeita aos *retornados*, esta data implicou um ponto de viragem maior ainda, na medida em que foi o início de um processo que os levaria à repatriação massiva para a metrópole (que entretanto acabara de deixar de o ser). Por isso mesmo esta data e a sua análise ocupa sempre um espaço considerável nas narrativas que contam o regresso dos portugueses que viviam em África, e *A balada do ultramar* e *Caderno de memórias coloniais* não são excepção.

Começando por Isabela Figueiredo, o excerto que se segue é revelador do que sentiram os portugueses das colónias aquando do golpe militar a 25 de Abril e denuncia também a relação que aqueles tinham com Portugal e as pretensões que conjecturaram relativamente a uma independência branca.

Após o 25 de Abril já se ouvia falar livremente sobre a guerra. Até porque os turras entravam pela cidade dentro e foi necessário explicar de onde vinham, quem eram esses invasores cheios de poder.

Percebi que os colonos desejavam a independência, mas sob poder branco. Eventualmente partilha de funções administrativas com um ou outro mulato educado, maleável. A FRELIMO era indesejada. Aquela terra, diziam, não seria nem para os negros nem para a metrópole, mas para os brancos que ali viviam. Seria uma independência branca; pretendia-se erguer ali uma África do Sul-califórnia-portuguesa.

Ainda hoje os vejo envolvidos na mesma nostalgia. “A independência foi mal feita, e os culpados foram o Mário Soares e o Almeida Santos, que nos venderam e entregaram tudo aos pretos”. Eu traduzo, “aquilo que entregaram aos pretos deviam tê-lo entregue a nós, que logo tratávamos da negralhada”. Quando revelam, com lágrimas sinceras, “deixei o meu coração em África”, eu traduzo, “deixei lá tudo e tinha uma vida tão boa” (Figueiredo 2010: 83).

A autora de *Caderno de memórias coloniais* põe aqui em evidência que os brancos que habitavam Moçambique viram no 25 de Abril uma hipótese de conseguir uma independência branca para a então colónia portuguesa. Isabela Figueiredo continua a denunciar a mentalidade colonialista e colonizadora dos colonos portugueses que, ao referir as saudades que sentem daquele país e dos tempos que lá viveram, estão antes a referir as saudades do tempo em que podiam exercer uma pretensa superioridade relativamente a outros povos e a recordar o nível de vida, elevado, que tiveram oportunidade de lá viver, sendo isto um exemplo claro de colonialidade em período pós-colonial.

Ora, essa mentalidade dos *retornados* denunciada pela própria *retornada* é a que vamos encontrar no narrador de Manuel Acácio, maioritariamente voltado para um passado brilhante, sem que se lhe possa verificar um processo efectivo de descolonização mental. Assim, a personagem/narrador vai também fazer a denúncia, mas agora dos saques levados a cabo pelos negros, fazendo uma leitura em que parece quase criticar o facto de estes terem deixado de ser os *deserdados da terra*, ou os *mansos*, para requeererem, nada mais nada menos, do que o *reino* dos brancos, ainda que esse *reino* tivesse sido edificado com o suor desses *mansos*, em territórios que a própria ancestralidade legitimava como seus.

Os saques às residências dos brancos multiplicavam-se um pouco por todo o lado, como se o nosso medo atraísse a desamparada crueldade dos pobres. [...] Até parecia que os *deserdados da História* tinham virado costas as seculares homilias que lhes repetiam, *bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra*, preferindo esgrimir as novas bíblias em que lhes ensinavam a gritar *venha a nós o vosso reino* (Acácio 2009: 55).

É claro, no entanto, que para além da revolta dos negros face à subjugação colonial a que estavam sujeitos, houve ainda um outro factor determinante que conduziu a estes tumultos, e que Isabela afflorou no excerto anterior. Trata-se da guerra colonial, não assumida nunca durante o regime, mas que fez crescer a revolta naqueles que nela se viam directamente envolvidos. Se, por um lado, o 25 de Abril se dá essencialmente pela recusa de uma grande parte das Forças Armadas portuguesas em continuar o conflito, por outro lado, os movimentos de libertação foram alimentando o desejo de libertação ao longo de treze largos anos, através dos quais não pôde deixar de crescer a culpabilização dos brancos e dos colonos pela ocupação dos territórios que queriam ver libertados do jugo colonial. É nesse sentido que Eduardo Lourenço refere que “durante 13 anos de guerra colonial na Guiné, em Angola e em Moçambique, milhares de quadros milicianos, estudantes, médicos, intelectuais, foram mobilizados para a última e absurda cruzada contra o independentismo africano” (Lourenço 1999: 69). Foram essa guerra e o regime que a mantinha os grandes responsáveis quer pela revolta que levaria ao 25 de Abril, quer pelo aumento desse ódio ao colono e à desorganizada descolonização feita por um novo estado, num contexto em que as negociações eram quase impossíveis. Com efeito, as independências trouxeram actos de violência contra os brancos que ainda estavam nas ex-colónias e o medo e a necessidade de fuga tomaram aqueles que ali habitavam. Como diz Manuel Acácio: “muitos de nós sentiam receio de

confessar estar de partida, não fosse alguém querer fazer-lhes mal” (Acácio 2009: 75).

Mas o regresso não haveria de ser fácil. Foi, para muitos, uma experiência traumática, na medida em que os desligava da terra em que foram felizes e os fazia regressar a uma metrópole que não era vista com bons olhos e que, o que também é legível em ambos os livros, era, em muito, inferior à vivência nas colónias. Dá-se assim um duplo choque, o de abandonar repentinamente o espaço-português-colónia que consideravam seu, e o de regressar a um Portugal que era efectivamente seu, mas que consideravam inferior, principalmente comparando-o aos avanços vistos na Europa, e relativamente aos quais o país ficara à margem. É neste sentido que Boaventura de Sousa Santos fala de “jogos de identidade no espaço-tempo português” (Santos 2006: 232), na medida em que Portugal, ou, neste caso, os portugueses, se sentiam superiores quando se olhavam ao espelho dos colonizados, mas sentiam-se inferiores, se se olhavam no espelho da Europa. Deste modo, nada mais natural que a recusa em voltar para um país que foi sempre um subalterno relativamente à tão próxima Europa, quando nas colónias a imagem que os portugueses que ali habitavam tinham de si mesmos era a da superioridade face aos povos negros, colonizados. Como, pois, lidar com esta inversão de papéis?

3.3 (Des)identificação com o país

De acordo com Eduardo Lourenço, “cada povo só o é por se conceber [...] como se existisse desde sempre e tivesse consigo uma promessa de duração eterna” (Lourenço 1999: 9) e, de acordo com o mesmo autor, é essa convicção que confere “o que chamamos identidade”, ou melhor, identidade nacional.

No caso particular aqui em estudo, o que as obras revelam é que *os retornados* não se identificam com o país a que chegam, não sendo possível avaliar neles um sentimento de pertença, porque, ao contrário, os *retornados* falam mais vezes em desenraizamento. Ainda à luz do filósofo citado, isso não é difícil de entender, porque os recém-chegados não se sentem pertencentes ao mesmo povo que encontram na ex-metrópole, depois das vivências tão distintas que trazem marcadas na memória. De facto o país a que regressaram, com o passado que foi possível trazer encaixotado, é visto, como algo de diminuto, acanhado e atrasado, face às vidas vividas nas ex-

colónias. O choque inicial é deveras flagrante, como se lê em *Caderno de memórias coloniais*:

A metrópole era suja, feia, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. Feios, cheios de cieiro, e pele de galinha, as extremidades do corpo rebentadas de frio e excesso de toucinho com couves (Figueiredo 2010: 123).

A autora, através de uma linguagem que coloca o leitor entre o divertido e o esmagado, deixa claro o que pensa de Portugal e dos portugueses que também não a aceitaram, não gostaram do que trouxe vestido e, acima de tudo, olharam a *retornada* com olhar reprovador, como se de repente todo o país fosse alvo de uma consciencialização relâmpago do que foi o colonialismo e toda a responsabilização fosse atirada para cima daqueles que acabavam de chegar. Não havia, de facto, nem podia haver, no imediato, identificação identitária entre aqueles que se encontraram num momento de crise, depois de terem vivido em lados opostos do mar.

Voltando a Manuel Acácio, verifica-se agora um elemento unificador entre as duas obras. É que a sensação de despertença à sociedade portuguesa da metrópole do narrador de *A balada do ultramar* é a mesma que sentiu Isabela, narradora/autora, e também ele denuncia o estigmatismo a que foram votados os que retornaram, por parte dos portugueses da metrópole. Mantém-se portanto a desidentificação perante um povo a que não se sente pertencer. A esse propósito veja-se o seguinte excerto:

Em meados dos anos setenta, ao chegarmos aqui, fomos olhados como os parentes afastados que aparecem de surpresa na reunião de família destinada a fazer as partilhas. Olharam para nós de lado, e foi necessário demasiado tempo até começarem a reconhecer a importância do papel que desempenhamos nesta terra onde nos trataram sempre como portugueses de segunda (Acácio 2009: 219).

Assim, ambas as obras espelham as memórias e as identidades fragmentadas, as (des)identidades de quem foi obrigado a retornar de uma terra (ainda que ilegítimamente sua) e não se identifica com o destino de ser português, em Portugal, e na Europa. É Isabela quem faz a divisão dos tempos que fazem já parte da história dos novos países do continente Africano: “tinha chegado o seu tempo, coincidindo com o fim do meu” (Figueiredo 2010: 88), e é o narrador de Manuel Acácio quem encurrala os sentimentos impossibilitados daqueles que regressaram sem identificação com o país a que chegaram: “Fomos vítimas de um implacável triângulo amoroso: a

terra de onde partimos recebeu-nos com desprezo quando a outra, a que nós tínhamos escolhido, nos renegou (Acácio 2009: 220).

Voltando à citação de Eduardo Lourenço acima transcrita, ela serve uma vez mais a desidentificação dos *retornados* com Portugal, na medida em que não encontram ali a tal “promessa de duração eterna”. Essa noção só seria legitimada se se tratasse de África – o lugar com que se identificavam e onde se podiam conceber como povo – e não da nesga de Europa, que é Portugal, que os recebeu em momento de crise, no rescaldo de uma revolução, levando a que o afastamento relativamente ao país fosse ainda maior. Os portugueses colonizadores regressaram e, definitivamente, não eram os mesmos, não podiam sê-lo, quando aquilo que lhes havia sido ensinado era que tinham “Portugal para nascer e o mundo inteiro para morrer” (Acácio 2009: 95). O momento que viviam era o da morte do império colonial que se queria eterno, onde era fácil viver, desde que do lado de lá do mar. Retomando Margarida Calafate Ribeiro, “o império como imaginação do centro” (2004: 15) sucumbira, levando consigo a ideia de centralidade, pelo que o que os *retornados*, e todos os portugueses tiveram pela frente foi a adaptação a uma nova configuração geográfica e, acima de tudo, identitária.

Este é todo um processo ainda em aberto. A leitura pós-colonial permite denunciar a nostalgia pouco problematizada visível na obra de Manuel Acácio, principalmente quando analisada em contrapartida com a de Isabela Figueiredo, cujo livro foi considerado por Luís Filipe Castro Mendes “uma pedrada no charco da nossa boa consciência colonial e anti-colonial” (Mendes 2010: 44). Este período conturbado da história portuguesa carece de uma leitura mais profunda, mais politizada, mais consciente do processo de descolonização. Sendo necessário que quem a ele se refere se solte das amarras do ‘eu’ para poder olhar tudo de cima, de um modo global, e se possa proceder assim, para retomar Ngugi wa Thiong’o, a uma descolonização das mentes, acima de tudo.

Voltando uma vez mais a Eduardo Lourenço, recorde aqui a sua análise do período da descolonização, num texto que a aborda no seu rescaldo, já que *O labirinto da saudade* foi pela primeira vez editado em 1978:

As contas a ajustar com as imagens que a nossa aventura colonizadora suscitou na consciência nacional são largas e de trama complexa de mais. A urgência política só na aparência suprimiu uma questão que também na aparência o país parece não se ter posto. Mas ela existe (Lourenço 2009: 116).

Tão actuais as suas palavras. Há ainda tanto por fazer.

4. Considerações finais

Não poderei deixar de dizer que este é um projecto de estudo inacabado, na medida em que contempla duas obras de um universo já vasto daquela a que já se chama *literatura de retornados*. Apesar de tudo, e centrando-me em outras leituras feitas, parece-me que as tendências são estas, e que ora vão de mãos dadas ao referir o quanto amaram África, e o quanto esse continente continua presente nos seus modos de ser e nas suas identidades, ora chocam profundamente na análise que fazem do processo, ou da defesa, ou não, da vida dos colonos portugueses nas ex-colónias de Angola e Moçambique. Facto é que África deixou uma marca, como se esses portugueses *retornados* não pertencessem a lugar nenhum definido na terra, porque a sua África já não existe e Portugal não lhes bastou.

Assim, *A balada do ultramar* constitui um espaço privilegiado para visitar a memória do passado colonial português, havendo uma tentativa para expulsar as mágoas de uma vida colonial que foi interrompida de um momento para o outro, mas que, afinal, se mantém na vivência de uma colonialidade não questionada. Falta, de facto, ao autor, a reflexão sobre a necessidade de interrupção dessa vivência colonial, pois Portugal não poderia continuar a viver um colonialismo minado, ultrapassado, quando toda a Europa já havia passado pelos seus processos de descolonização e, acima de tudo, não seria possível manter uma Guerra Colonial que já durava há 13 longos anos, e era a responsável pela morte de inúmeros combatentes, dum lado e do outro. No seu livro, Manuel Acácio faz “o reconhecimento histórico das vidas dos chamados retornados” (Khan 2009: 317), no sentido de dar voz à experiência da vivência no ex-império português, mas fá-lo à custa do apagamento do povo negro, que habitava o mesmo espaço e que não aparece na obra, a não ser como mero figurante. Assim, Manuel Acácio problematizou a questão, mas apenas suavemente, não aprofundando questões fulcrais para a análise da descolonização, não saindo do *eu-retornado*, que analisa a sua situação de dentro, não a cruzando com a complexa problemática política e histórica que a envolveu.

Já em Isabela Figueiredo é visível a consciencialização crítica face ao período em questão. Estão presentes a denúncia da actuação portuguesa nas suas ex-colónias africanas, a denúncia de uma sociedade branca que via no negro a mão-de-obra, por vezes quase escrava, para a construção do seu império e ainda a própria denúncia da desconsciencialização que encontra ainda em alguns *retornados*, afastando-se das suas posições meramente sau-

dosistas. Se não, veja-se o excerto a seguir, que aliás é parte do título deste trabalho:

Ouvi isto toda a minha vida. Venham falar-me no colonialismo suavezinho dos portugueses... venham-me com essa história da carochinha. As pessoas não mudam. Um branco que viveu o colonialismo será um branco que viveu o colonialismo até ao dia da morte. E toda a minha verdade é para eles uma traição (Figueiredo 2010: 131).

Sentindo-se imensamente moçambicana, a autora/narradora não deixa de ter um olhar crítico perante a realidade que a rodeia, perante a subjugação do negro, sempre ao serviço do colonizador, para construir um império do qual não podia fazer parte. A menina, filha do colono, “acorda também para a realidade do colonialismo, personificado na complexa, amada e odiada, figura do pai” (Ribeiro 2010), que representa as atrocidades do colonialismo português.

Assim, mais afastados do que unidos, apesar da experiência colonial, ou antes, devido a ela, os narradores de Manuel Acácio e Isabela Figueiredo têm em comum essa desidentificação com o país de retorno. São personagens fragmentadas, divididas entre identidades, a de ser angolano, ou moçambicana, a de ser-se branco/a em África num período colonial, e a de ser português/a. Tal como diz Eduardo Lourenço, com o colonialismo “Portugal entrou num tempo histórico que lhe alterou não só o antigo estatuto de pequeno reino [...] Em sentido próprio e figurado passou a ser dois, não apenas empiricamente, mas também espiritualmente.” (Lourenço 1999: 16). Esse *dois* em que Portugal se tornou acabou por chocar profundamente no momento do retornar das naus. Havia identidades, e não uma identidade única entre os portugueses que nunca haviam saído, e o mesmo sucedia entre aqueles que acabavam de chegar depois de anos do outro lado do mar. Mas o que estes trouxeram consigo da imensidão africana fez com que não se pudessem olhar nunca no espelho de Portugal, sentindo-se *desidentificados*, independentemente de terem ou não problematizado o processo que os levou a regressar ao chão não desejado.

Referências bibliográficas

- ACÁCIO, Manuel (2009): *A balada do ultramar*. Alfragide: Oficina do Livro.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000): *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- BUESCU, Maria Helena (1991): "Gravitações: literatura comparada e história literária". Em: *Dedalus*, 1, pp. 207-217.
- FIGUEIREDO, Isabela (2010): *Caderno de memórias coloniais*. Coimbra: Angelus Novus.
- GUILLÉN, Claudio (2001): "Entre o uno e o diverso: introdução à literatura comparada". Em: BUESCU, Helena / FERREIRA DUARTE, João / GUSMÃO, Manuel (eds.): *Floresta encantada*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 385-409.
- KHAN, Sheila (2009): "A espessura do exílio em A balada do ultramar". Em: *Teia literária*, 3, pp. 311-329.
- LOURENÇO, Eduardo (1999): *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2ª ed.
- LOURENÇO, Eduardo (2009): *O labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva, 6ª ed.
- MENDES, Luís Filipe Castro (2010), "Aprendiz na Índia". Em: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1, 14 de Dezembro 2010, p. 44.
- MIGNOLO, Walter D. (2007): "Delinking". Em: *Cultural Studies*, 21, 2-3, pp. 449-514.
- PIRES, Rui Pena (2003): *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004): *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2010): "Margarida Calafate Ribeiro sobre 'Caderno de memórias coloniais'". Em: *angelus novus editora*, 18.02.2010. <<http://angnovus.wordpress.com/2010/02/18/margarida-calafate-ribeiro-sobre-%C2%ABcaderno-de-memorias-coloniais%C2%BB/>> (Consultado em 25 de janeiro de 2015).
- RIBEIRO, Raquel (2010): "Os retornados estão a abrir o baú". Em: *Buala*, 19.08.2010. <<http://www.buala.org/pt/a-ler/os-retornados-estao-a-abrir-o-bau>> (Consultado em 25 de janeiro de 2015).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006): "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade". Em: SANTOS, Boaventura de Sousa: *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, pp. 211-255.